



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 519, DE 1999

(Do Sr. Silas Brasileiro)

Acrescenta parágrafo ao art. 82 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal - para criar nas penitenciárias alojamentos para portadores de doenças infecto-contagiosas e de doenças sexualmente transmissíveis.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 289, DE 1999)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 82 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º A:

“Art. 82.

§ 1º

§ 1ºA Haverá alojamentos separados para os condenados portadores de doenças infecto-contagiosas e portadores de doenças sexualmente transmissíveis (NR).”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor em 180 (cento e oitenta) dias após a sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Sabemos que nossos presídios abrigam grande número de condenados portadores de doenças infecto-contagiosas, como é o caso da tuberculose, e de doenças sexualmente transmissíveis, como é o caso dos contaminados pelo vírus HIV.

As condições de promiscuidade existentes nas penitenciárias favorecem a disseminação dessas doenças, pondo em risco a saúde dos apenados sadios.

Cremos que a melhor solução será a edificação de prédios especialmente destinados a esses detentos contaminados.

Com esse intuito, estamos apresentando o presente Projeto de Lei e contamos com o apoio de nossos ilustres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 31 de *maio* de 1999.


Deputado SILAS BRASILEIRO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI

LEI DE EXECUÇÕES PENAIS

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

INSTITUI A LEI DE EXECUÇÃO PENAL.

.....

TÍTULO IV Dos Estabelecimentos Penais

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 82 - Os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório e ao egresso.

§ 1º A mulher e o maior de sessenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal.

** § 1º com redação dada pela Lei nº 9.460, de 04/06/1997.*

§ 2º O mesmo conjunto arquitetônico poderá abrigar estabelecimentos de destinação diversa desde que devidamente isolados.

.....

.....